Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

1 Contexto operacional

A *Unimed Anhanguera* Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa"), sediada em Araras SP, contava com 200 e 202 cooperados no fim de 2021 e de 2020, respectivamente, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, notadamente em relação ao exercício de suas atividades ligadas ao atendimento de beneficiários originários dos contratos firmados pela Cooperativa na condição de mandatária de seus associados, para a sua defesa econômica-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades.

Os planos de saúde propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus beneficiários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados e credenciados na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com duas unidades hospitalares localizados em Araras SP e Leme SP, onde atende exclusivamente seus funcionários, cooperados e beneficiários.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Como operadora de planos de assistência à saúde, a Cooperativa encontra-se registrada na ANS sob o nº 348082

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pela Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71) e pelos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. As demonstrações financeiras estão sendo, também, apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS por meio de Resolução Normativa RN nº 435 de 23 de novembro de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, referidas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 25 de fevereiro de 2022, diante disso, não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a aprovação das demonstrações financeiras que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Cooperativa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Cooperativa não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Cooperativa não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2021 e 2020.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2021 são:

- (i) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionado e não relacionado com o plano de saúde da operadora e dos títulos a receber – notas 6 e 7:
- (ii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado – nota 12;
- (iii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível nota 13;
- (iv) Provisão para remissão, eventos ocorridos e não avisados PEONA e Ressarcimento ao SUS– nota 14; e
- (v) Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos nota 19.

4 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

 Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN/ANS nº 392/2015 e posteriores alterações. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.

 Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4.2 Ativos financeiros

4.2.1 Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Cooperativa compreendem: disponível; aplicações financeiras; créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados e não relacionados com planos de saúde da operadora; e bens e títulos a receber.

4.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

4.2.3 Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece passivos financeiros, inicialmente, na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Cooperativa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: eventos indenizáveis; débitos de operações de assistência à saúde; e débitos diversos.

4.3 *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Cooperativa avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (*impairment*) estão determinados por meio de Resolução Normativa da ANS, conforme demonstrado na nota 4.4.

4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos originados dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

4.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado".

O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Cooperativa e sua unidade de serviços próprios: Hospital.

4.6 Investimentos

Representados, basicamente, por participações societárias no sistema cooperativista avaliados pelo custo.

4.7 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de instalações hospitalares e administrativas, máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	Taxa de depreciação
Edificações	4%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Outras imobilizações	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

4.8 Ativos intangíveis – software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares à taxa de 20% a.a.

4.9 Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e, quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil, é registrada a perda por *impairment* entre essa diferença.

4.10 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A participação mínima dos empregados no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima, quando aplicável, são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração. Os valores dos dispêndios com pessoal estão demonstrados na nota 22.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

4.11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme demonstrado na nota 14. Segue um breve descritivo sobre a prática contábil para as provisões técnicas:

(i) Provisão de Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas - PPCNG

É constituída conforme prevista na RN nº 314/12 da ANS e caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Cooperativa para cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de ingressos de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

(ii) Provisões para remissão

Provisão calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. Foi estabelecida por resolução normativa da ANS e constituída pelo valor definido por laudo técnico atuarial.

(iii) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe, também, que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

(iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA

É calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos.

(v) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS - PEONA SUS

Refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS) (realizados pelos beneficiários da operadora) que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pela ANS à operadora. A estimativa de provisão observa o fator individual de cada

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

operadora de PEONA SUS com o montante de eventos avisados nos últimos 24 meses, sendo o valor calculado disponível no espaço da operadora no endereço eletrônico da ANS.

(vi) Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Refere-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecidas pelo artigo 32 da Lei nº 9656/1998, advindas de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde a beneficiários do próprio plano de saúde.

4.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido das instituições financeiras, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, eles estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

4.13 Cotas de cooperados

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido, conforme Estatuto Social e a legislação cooperativista.

4.14 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando, provavelmente, sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

4.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

4.16 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

4.17 Ingresso operacional

4.17.1 Reconhecimento dos ingressos e respectivos custos

Por determinação da ANS, são classificados como "contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde" o resultado líquido dos ingressos (receitas), deduzidas às variações das

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação dos ingressos observa o regime de competência de exercícios considerando:

- (i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
- (ii) nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre no recebimento das respectivas contas e por meio da constituição de provisão como referido na nota 14.

Os demais ingressos e dispêndios observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

4.17.2 Ingressos financeiros e dispêndios financeiros

Os ingressos financeiros abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. O ingresso de juros é reconhecido no resultado por meio do método dos juros efetivos.

Os dispêndios financeiros abrangem juros incorridos até a data do balanço e descontos concedidos.

4.18 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

Calculados com base no lucro real tributável, conforme determinações da Secretaria da Receita Federal: as operações consideradas não cooperadas; e as alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente das operações com cooperados é isento desses tributos. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre a reserva de reavaliação. Sua realização ocorre pela baixa e depreciação dos bens reavaliados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

5 Aplicações financeiras

Modalidade	2021	2020
XP ANS Fim CP	4.265.802	2.135.804
Santander ANS II Renda Fixa	6.879.223	6.633.595
RDC CDI		4.076.420
Garantidoras de provisões técnicas	11.145.025	12.845.819
CDB DI RF	13.578.312	14.780.965
CDI Flex	8.982.512	5.140.467
Títulos de renda fixa - públicos	3.168.668	
Livres	25.729.492	19.921.432
	36.874.517	32.767.251

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas, substancialmente, por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

A Cooperativa apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN/ANS nº 392/2015 e posteriores modificações pela RN/ANS nº 419/2016. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

Garantias financeiras x Provisões técnicas

_	2021	2020
(A) Ativos garantidores	13.149.750	14.510.697
Aplicações financeiras garantidoras	11.145.025	12.845.819
Depósitos judiciais	4.293	4.293
Vínculo de imóveis assistenciais	2.000.432	1.660.585
Provisões técnicas		
Remissão (circulante e não circulante)	1.050.507	866.164
Eventos ocorridos e não avisados – PEONA	2.526.676	1.945.411
Eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias	3.146.585	2.800.964
Redução dos eventos SUS (%hc x abi + parcelamento +		
débitos vencidos acima de 5 anos)	(2.021.656)	(2.175.212)
(B) Necessidade de vínculo	4.702.112	3.437.327
Suficiência de vínculo de ativos garantidores: (A) – (B)	8.447.638	11.073.370
(C) Eventos a liquidar avisados até 60 dias	5.304.342	4.865.599
(D) Necessidade de lastro de ativos garantidores: (B) + (C)	10.006.454	8.302.926
Suficiência de lastro de ativos garantidores: (A) – (D)	3.143.296	6.207.771

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2021	2020
Contraprestações pecuniárias	1.424.795	2.572.020
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(374.983)	(1.624.058)
	1.049.812	947.962
Co-participação de beneficiários a receber	500.838	522.817
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(51.657)	(174.327)
	449.181	348.490
Operadoras de planos de assistência à saúde	367.048	330.913
Suspensão reajuste PF/PJ	108.799	994.063
	1.974.840	2.621.428

(i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhados no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	2021	2020
Clientes a efetivar (i)	4.359.728	3.286.600
Medicina ocupacional	45.312	133.698
Procedimentos médicos não cobertos a receber	432.676	548.576
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iii)	(433.966)	(642.351)
	4.403.750	3.326.523
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (ii)	3.437.297	2.974.877
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iii)	(3.520)	(158.759)
	3.433.777	2.816.118
	7.837.527	6.142.641

- (i) Refere-se ao valor a faturar para outras Unimeds (intercâmbio) em Custo Operacional (CO) cujo serviço foi prestado pela rede própria da Unimed Anhanguera e não por seus credenciados. Esse faturamento será efetivado no mês subsequente ao mês da competência e foi registrado antecipadamente nas demonstrações financeiras pela competência do custo relativo a ele.
- (ii) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.
- (iii) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

8 Créditos tributários e previdenciários

	2021	2020
IRRF	813.264	876.833
CSLL retido de faturas	50.955	32.508
PIS retido s/ faturas	163.756	129.761
COFINS retido s/ faturas	734.278	577.241
PIS s/ faturamento	-	690
Pagamento Indevido ou Maior - Pis/Cofins	181.619	269.468
COFINS s/ faturamento	-	4.017
Pis/Cofins/Csll s/ Faturamento Cod.8863	2.135	2.135
ISS	4.849	4.672
	1.950.856	1.897.325

9 Bens e títulos a receber

	2021	2020
Estoques (i)	9.693.373	7.258.790
Títulos a receber	470.252	270.460
Adiantamentos (ii)	6.388.859	4.307.338
Ações Judiciais a Receber - Cooperados		5.875
	16.552.484	11.842.463

- (i) Substancialmente composto por estoque de materiais e medicamentos disponível para utilização nos hospitais da Unimed Anhanguera e medicamentos quimioterápicos para uso em beneficiários/ pacientes amparados por decisão judicial.
- (ii) Composto basicamente por adiantamento de produção a cooperados.

10 Depósitos judiciais e fiscais

	2021	2020
Tributários (ii)	1.477.647	1.477.647
Taxa de saúde suplementar (i)	48.915	48.915
Eventos e sinistros	4.293	4.293
Depósitos Judiciais - Ações Cíveis (ii)	1.041.006	783.024
Depósitos Judiciais - Ações Trabalhistas (ii)	22.330	20.119
	2.906.193	2.333.998

- (i) Os valores foram depositados em juízo para fazer frente as notificações de cobrança da Taxa de Saúde Suplementar expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Cooperativa mantém provisão para contingência conforme nota 19.
- (ii) Existem demandas de natureza tributária, cível e trabalhista, conforme nota 19, para as quais foram efetuados depósitos judiciais recursais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

11 Investimentos

	1º/01/2020	Adição	31/12/2020	Adição	31/12/2021
Participação societárias - operadora de					
planos de assistência à saúde					
Federação das Unimed do Estado de São Paulo					
– FESP	3.013.100	40.567	3.053.667	12.876	3.066.543
Unimed Centro Paulista – Federação Intra-					
Federativa	805.573		805.573		805.573
Central Nacional Unimed	267.067	173.327	440.394	22.460	462.854
Outros investimentos					
Unicred Araras	92.009		92.009	4.070	96.079
Sicoob Credifácil	11.120	1.108	12.228	729	12.957
Unicred Bandeirantes					
Sicred	860.393	35.732	896.125	52.262	948.387
Sicoob Unicentro Brasileira Sede	140	308.184	308.324	14.133	322.457
Unicred do Est SP	4.320		4.320	539	4.859
Sicoob Unicentro Brasileira HUA	-	588	588	542	1.130
Sicoob Unimais Mantiqueira	-	1.221	1.221	4.236	5.457
Sicredi 226302	-	50	50	364	414
Sicredi 826631	-	50	50	21	71
Sicoob Mantiqueira HUL 158429	-	-	-	529	529
Debêntures	53.500		53.500		53.500
	5.107.222	560.827	5.668.049	112.761	5.780.810

Os investimentos em sociedades cooperativas não representam controladas e/ ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos da provisão para *impairment*, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

12 Imobilizado

	1º/1/2020	Aquisição	Transferências	31/12/2020	Aquisição	Baixas	31/12/2021
Custo + reavaliação							
Terrenos	1.172.472	-	-	1.172.472	-	-	1.172.472
Edificações	17.934.185	15.390.138	1.235.202	34.559.525	-	-	34.559.525
Instalações	2.116.658	78.401	-	2.195.059	545.512	(259.000)	2.481.571
Máquinas e equipamentos	14.563.661	594.121	-	15.157.782	2.274.868	-	17.432.650
Computadores e periféricos	4.132.486	172.913	-	4.305.399	482.399	-	4.787.798
Móveis e utensílios	2.706.242	130.242	-	2.836.484	174.182	-	3.010.666
Veículos	535.391	-	-	535.391	-	(38.896)	496.495
Imobilizações em curso	1.587.554	1.203.493	(1.235.202)	1.555.845	2.796.827	-	4.352.672
Outras imobilizações	372.951			372.951			372.951
	45.121.600	17.569.308	-	62.690.908	6.273.788	(297.896)	68.666.800
Depreciação acumulada							
Edificações	(7.083.588)	(915.991)	-	(7.999.579)	(966.596)	_	(8.966.175)
Instalações	(1.693.796)	(131.802)	-	(1.825.598)	(142.416)	4.317	(1.963.697)
Máquinas e equipamentos	(8.999.981)	(1.015.965)	-	(10.015.946)	(1.067.083)	-	(11.083.029)
Computadores e periféricos	(3.202.307)	(310.321)	-	(3.512.628)	(301.982)	-	(3.814.610)
Móveis e utensílios	(1.808.079)	(157.087)	-	(1.965.166)	(158.995)	-	(2.124.161)
Veículos	(450.429)	(34.925)	-	(485.354)	(27.440)	38.896	(473.898)
Outras imobilizações	(334.373)	(25.416)		(359.787)	(9.919)		(369.706)
	(23.572.553)	(2.591.507)		(26.164.058)	(2.674.431)	43.213	(28.795.276)
	21.549.047	14.977.801		36.526.850	3.599.357	(254.683)	39.871.524

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2021 e de 2020, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

13 Intangível

	1º/1/2020	Adição	31/12/2020	Adição	31/12/2021
Software e aplicativos	5.391.417	1.827.858	7.219.275	714.816	7.934.091
(-) Amortização acumulada	(3.301.446)	(850.904)	(4.152.350)	(1.001.592)	(5.153.942)
	2.089.971	976.954	3.066.925	(286.776)	2.780.149

14 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2021	2020
Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha - PPCNG	2.545.234	2.451.248
Provisão para remissão	341.882	291.716
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	1.325.230	1.315.968
Provisão eventos a liquidar para o SUS - GRU	782.494	773.774
Provisão eventos a liquidar SUS – parcelamento	309.568	305.072
Provisão eventos a liquidar para o SUS – ABI	233.168	237.122
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar	5.807.803	5.389.693
Cooperados	2.006.931	1.756.741
Serviços credenciados	2.358.337	2.091.534
Intercambio Eventual - Rn 322	1.442.535	1.541.418
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	2.526.676	1.945.411
Circulante	12.546.825	11.394.036
Provisão para remissão	708.625	574.448
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	799.733	965.195
Não circulante	1.508.358	1.539.643
	14.055.183	12.933.679

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.11.

A ANS, por meio de Resolução Normativa RN, passou a exigir das operadoras a partir daquelas datas, de Patrimônio Líquido Ajustado, Margem de Solvência, Provisão para Remissão e Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. Os indicadores de regulação estão demonstrados na nota 26 (iii) e (iv).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na nota 5, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN da ANS, representadas por fundos e certificados de depósitos bancários, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

15 Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da operadora

_	2021	2020
Médicos cooperados	1.432.804	1.409.383
Hospitais	375.872	144.218
Clínicas	84.086	67.778
Laboratórios	13.704	13.325
Radiologia	44.962	26.635
Outros prestadores a pagar	452.312	459.645
_	2.403.740	2.120.984

16 Tributos e encargos sociais a recolher

_	2021	2020
IRPJ e CSLL	215.630	74.929
INSS	898.725	792.189
FGTS	315.076	282.241
PIS/ COFINS a recolher	57.835	101.891
IRRF	2.436.506	2.962.963
PIS/COFINS/CSLL retidos	175.658	162.761
ISS	150.781	124.730
INSS retido	201.064	193.974
INSS – parcelamento (i)	124.556	120.689
Outros impostos	12.583	13.949
Circulante	4.588.414	4.830.316
INSS – parcelamento – não circulante (i)	882.275	975.567
Total	5.470.689	5.805.881

(i) A Cooperativa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária relativo ao processo com o INSS. O parcelamento foi realizado considerando os benefícios da Lei e no prazo de 148 meses. Até dezembro de 2021 foram pagas 52 parcelas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

17 Empréstimos e financiamentos

	_			2021			2020
			Não			Não	
Modalidade	Vencimento	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Capital de giro (i)	mai/35	3.615.815	12.687.847	16.303.662	4.011.799	13.651.041	17.662.840
Leasing (ii)	jun/23	168.178	50.866	219.044	177.399	218.178	395.577
Financiamentos – Finame (ii)	nov/21_	-	-	<u> </u>	64.163	-	64.163
		3.783.993	12.738.713	16.522.706	4.253.361	13.869.219	18.122.580

As garantias são alienação fiduciária e aval dos diretores da Cooperativa.

As taxas de juros do capital de giro são: 0,60% e 1% a.m. + CDI.

- (i) Composto substancialmente pelo capital de giro para aquisição do prédio do Hospital Leme. A garantia é hipoteca de primeiro grau, sem concorrência de terceiros.
- (ii) Captação de recursos para aquisição de bens.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

18 Débitos diversos

			2021			2020
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Obrigações com pessoal	4.531.582		4.531.582	4.185.914		4.185.914
Fornecedores	6.339.757	110.973	6.450.730	5.458.393	-	5.458.393
Depósitos de beneficiários	141.263	-	141.263	94.326	-	94.326
Outros débitos a pagar (i)	2.188.374	1.271.695	2.860.069	1.278.985	538.721	1.817.706
	13.200.976	1.382.668	13.983.644	11.017.618	538.721	11.556.339

(i) Composto substancialmente por acordos judiciais.

19 Provisões para ações judiciais

Encontram-se em questionamento as ações na área cível, trabalhista e tributária. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os saldos das provisões judiciais estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Tributárias (i)	840.076	818.003
Taxa de saúde suplementar (ii)	1.730.713	1.730.713
Cíveis	1.409.740	1.820.933
Trabalhistas	1.526.752	1.280.206
	5.507.281	5.649.855

Adicionalmente, a Cooperativa possui depósitos judiciais registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante nota 10.

- (i) **Tributárias:** representado por provisões constituídas conservadoramente sobre as contingências tributárias relacionadas a impostos e contribuições federais incidentes sobre as operações da Cooperativa, a saber, PIS e COFINS, cuja exigibilidade está sendo questionada judicialmente pelos assessores jurídicos. Os valores correspondem a períodos não lançados e não prescritos atualizados pelos encargos referentes a multas e juros de 2009 a 2018.
- (ii) Taxa de saúde suplementar: o saldo refere-se a notificações expedidas pela Agência Nacional de Saúde ANS no período de 2000 a 2014, visando a cobrança de Taxa de Saúde Suplementar, cuja exigibilidade está sendo discutida judicialmente pelos assessores jurídicos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

(iii) Cíveis e trabalhistas: constituídas para fazer face a eventuais perdas em ações que estão sendo discutidas judicialmente. A Administração da Cooperativa, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que são suficientes às estimativas calculadas quanto ao desfecho dos processos. Tais ações, devido a natureza e histórico são passíveis de acordos.

Durante o curso normal de seus negócios, a Cooperativa fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas as revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

20 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 8.445.040 (R\$ 8.191.670 em 2020), cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2021 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

21 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e classificado no patrimônio líquido, conforme o artigo 140, da Lei n° 13.097/2015. O quadro de cooperados da Cooperativa em 31 de dezembro de 2021 é de 200 (202 em 2020). De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% das sobras de atos cooperados e 100% do lucro em operações com não cooperados são destinados à Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social RATES, cuja finalidade é a prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação;
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia
 Geral.

	2021	2020
Sobra líquida do exercício	15.770.149	15.448.881
Realização da reserva de reavaliação	32.389	31.306
Antecipação de sobras	-	(2.817.247)
Utilização da RATES	191.784	` 210.899 [°]
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Reserva legal 10%	(1.577.015)	(1.544.888)
RATES 5%	(788.507)	(772.444)
À disposição da AGO	13.628.800	10.556.507

c Reserva para riscos regulatórios, sinistralidade e intercâmbio

Reserva constituída de acordo com as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária, destinada a cobertura de riscos, sinistralidade e despesas de intercâmbio.

d Resultado à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias e legais ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação. As perdas são compensadas com as reservas existentes na data do balanço.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

22 Dispêndios administrativos

	2021	2020
Pessoal e Diretoria	(12.198.846)	(11.718.077)
Serviços de terceiros	(2.176.126)	(2.175.991)
Localização e funcionamento	(3.034.353)	(2.955.308)
Publicidade e propaganda	(560.240)	(563.942)
Tributos	(27.274)	(38.027)
Multas administrativas ANS	(1.188.270)	(102.622)
Diversas (i)	(2.140.515)	(2.749.921)
	(21.325.624)	(20.303.888)

(i) Composto substancialmente por: contribuição a associações de classe, confraternização, viagens e estadias, seguro de vida e despesas judiciais.

23 Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.422.791	953.123
Juros por recebimentos em atraso	343.664	345.062
Juros sobre capital próprio	78.483	74.697
Atualização monetária	36.458	32.877
Descontos obtidos	167.124	38.730
Outras receitas	2.156.176	80.458
	5.204.696	1.524.947
Dispêndios financeiros	_	
Descontos concedidos	(196.411)	(100.723)
Perdas em aplicações financeiras	-	(171.813)
Juros e multa	(1.340.410)	(1.058.050)
Títulos não recebidos	(1.393.986)	(311.150)
Despesas bancárias	(365.295)	(375.753)
Outras despesas	(26.232)	(72.100)
	(3.322.334)	(2.089.589)
	1.882.362	(564.642)

24 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes.

Resultado tributável de atos não cooperativos	4.006.494	2.660.908
Imposto de renda - 15% + adicional de - 10%		_
líquido de deduções	(953.585)	(625.262)
Contribuição social - 9%	(360.584)	(239.481)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

25 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis, principalmente pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo permitida uma reeleição, já para o Conselho Fiscal o mandato é de 1 (um) ano com obrigatoriedade de troca de 2/3 dos seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

Fundo de Contingência Assistencial

No exercício de 2021 a Cooperativa passou a contribuir para o Fundo Contingência Assistencial para Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Cooperativas Médicas (Unimed FESP) – CNPJ nº 43.643.139/0001-66, criado exclusivamente para o pagamento do medicamento de alto custo Zolgensma.

As contribuições para o fundo durante o exercício de 2021 estão assim demonstradas:

Período	Massa	Contribuição
Novembro	42.337	46.571
Dezembro	43.270	47.597
Atualização		2.896
		97.064

Não houve despesas reembolsadas/ressarcidas durante o exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

26 Gerenciamento de riscos

(i) Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros, quais são: de crédito e de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela diretoria executiva e financeira que identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

Risco de crédito

Medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

O risco de crédito da Cooperativa decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

		Valor contábil
	2021	2020
Disponível	622.212	555.259
Aplicações financeiras	36.874.517	32.767.251
Créditos de operações com planos de assist. à saúde	1.974.840	2.621.428
Créditos de op. de assist. à saúde não relac. com planos		
de saúde da operadora	7.837.527	6.142.641
Bens e títulos a receber	6.859.111	4.583.673
	54.168.207	45.731.180

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

Créditos a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota 4.4.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS. Em 2021 e em 2020 a Cooperativa apresenta capital circulante líquido de R\$ 28.655.249 e de R\$ 22.033.664, respectivamente.

A Cooperativa, quando disponível, investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

Disponível

Basicamente representado por valores em conta corrente. O excedente de caixa é imediatamente investido em aplicações de liquidez imediata.

Aplicações financeiras

A Cooperativa possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata (exceto as aplicações garantidoras da ANS) e de baixo risco.

Para avaliação do risco de liquidez a Cooperativa se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:

(ii) Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

dezembro de 2021, a Cooperativa possui, aproximadamente, 22,50% (19,79% em 2020) do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários).

(iii) Capital regulatório

Consideram-se capital regulatório o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital regulamentadas pela RN/ANS 451/2020 e posteriores alterações.

O Capital Base - CB representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator "K", emitido pela ANS, pelo capital-base de R\$ 9.726.595 em dezembro de 2021, o qual é anualmente ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), que deve ser observado pelas operadoras de planos de saúde.

O fator "K" vigente em dezembro de 2021 corresponde a 4,76%, de modo que o Capital Base - CB é de R\$ 462.986, consequentemente, o Patrimônio Líquido Ajustado da Cooperativa atende a esse mínimo estabelecido.

(iv) Margem de Solvência

É a regra de capital que define um montante variável a ser observado em função do volume de contraprestações e eventos indenizáveis aferidos pela operadora conforme regulamentação dada pela RN/ANS nº 451/2020. Os prazos permitidos para adequação da margem de solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2012 sendo que entre janeiro de 2020 e dezembro de 2022 devese manter a proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da margem de solvência e a partir de dezembro de 2022 em 100%.

A margem de solvência da Cooperativa em 31 de dezembro de 2021 está representada a seguir:

	Valores
(A) Margem de Solvência Total	48.078.189
(B) Percentual de Exigência	92,66%
(A) Margem de Solvência Exigida: (A) x (B)	44.549.250
Patrimônio líquido ajustado	48.566.633
Situação do patrimônio ajustado em relação à MS parcial	Suficiente
Diferença em R\$ entre o patrimônio ajustado e a MS total	488.444
Situação do patrimônio ajustado em relação à MS total	Superior

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

(v) Risco de Subscrição

Medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas

da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas

existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.

(vi) Risco de Mercado

Medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de

ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços

de imóveis.

(vii) Risco Legal

Medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo

embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras,

regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive,

o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente

vulnerável a litígios.

(viii) Risco Operacional

Medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados

aos procedimentos internos, tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em

processos internos, pessoas e sistemas.

25 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades,

cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer

face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem

parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram

examinadas pelos nossos auditores independentes.

Araras, 31 de dezembro de 2021.

Dr. Marcelo Torrente Silva

Presidente

Dr. Hélio Maurício Anselmo de Andrade

Diretor de Mercado e Finanças

Izabel Cristina Canassa

Contadora - CRC:1SP296426/O-8